

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de mil, novecentos e noventa e seis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:30 horas, o Secretário Geral do Conselho, Jader Campomizzi, deu início à reunião fazendo a leitura da seguinte pauta: 1- Informes; 2- Votação da proposta de ata da reunião realizada em 11/01/96; 3- Discussão e votação do Índice de Valorização das Consultas Especializadas; 4- V Conferência Municipal de Saúde; 5- Audiência com o Prefeito; 6- Câmaras Técnicas; 7- Reforma Previdenciária. A seguir, inicia os informes fazendo um relato de sua visita ao Hospital Odilon Behrens, que foi decidida pela Mesa Diretora em virtude das obras que estão sendo realizadas naquele hospital. Relata detalhes da visita que foi acompanhada pelo conselheiro Ivan Batista Mendes, diretor do hospital. Diz que o objetivo da visita foi informar sobre o andamento das obras e, caso o plenário entenda que é necessário discutir a questão, seria pauta de reunião futura. Propõe que o Conselho solicite ao Dr. Ivan um cronograma completo de obras e documento sobre a situação do hospital, para que possa fazer o acompanhamento das obras e verificar se o cronograma está sendo cumprido. Propõe também que o Conselho estreite as relações com o Conselho de usuários do hospital. O conselheiro Geraldo Magno, que preside o Conselho de Usuários do Hospital Odilon Behrens, informa sobre visita programada para o dia 08/02, às 15:00 horas e convida os conselheiros a comparecerem. O 2º. informe é passado por Jader, sobre o seminário realizado em Recife-PE, denominado “Controle Social e Políticas de Saúde - Tendências e Perspectivas”, no qual ele representou o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Fala de informações dadas lá sobre a X Conferência Nacional de Saúde. Diz que a proposta de critérios para eleição de delegados, reduz à metade a participação em relação à IX Conferência, realizada em 1992. Propõe uma moção a ser encaminhada aos organizadores e Conselho Nacional de Saúde, defendendo a manutenção da proporcionalidade observada na IX Conferência, ou seja, um delegado para cada cem mil habitantes. Informa também sobre a NOB-96, em elaboração no Ministério da Saúde. O conselheiro Evaristo Garcia, passa informe sobre os programas pro-moradia e pro-saneamento e lê solicitação para que o conselheiro Paulo Augusto seja designado pela Mesa Diretora e entre em contato com os coordenadores destes programas sobre a implementação dos mesmos em Belo Horizonte. Jader consulta o plenário que aprova a proposta. A seguir, constatada a existência de quorum regimental, coloca em votação a proposta de ata da reunião realizada em 11/01/96. Por consenso do plenário a ata é aprovada com uma única retificação apresentada por escrito pelo conselheiro Antônio Carlos dos Santos. A seguir, Jader anuncia o próximo ponto da pauta: Discussão e votação do Índice de Valorização de Consultas Especializadas, convida a fazer parte da mesa a Dra. Carmen Lúcia, coordenadora da Central de Marcação, que explica a proposta da Secretaria Municipal de Saúde, já

apresentada na reunião anterior e enviada em documento aos conselheiros. Aberta a palavra ao plenário, o conselheiro Geraldo Carvalho, pergunta se a aprovação do índice melhorará a situação atual que considera caótica. Dra. Carmen Lúcia, responde que o objetivo é racionalizar o atendimento e que a expectativa é de que a medida irá aumentar a oferta de consultas especializadas, o que melhoraria os serviços prestado aos usuários. O conselheiro Evaristo Garcia, discorda da afirmação de que o atendimento está um caos e elogia o trabalho que vem sendo feito pelo município. O conselheiro Boaventura, diz não ser contra mais recursos para a saúde, mas questiona que se destine estes recursos para o setor privado. Defende que só se discuta aumento para os hospitais com a apresentação de proposta, deles, de melhoria do atendimento e das condições de trabalho. Dra. Carmen Lúcia, esclarece que a proposta da Secretaria é só para reajuste de consultas especializadas, controladas pela Central de Marcação. O conselheiro Orivaldo, defende a proposta e diz que é de suma importância sua aprovação. Fala que, mesmo sendo conselheiro, tem vivido a dificuldade de atendimento que os usuários enfrentam e entende que o governo federal deveria aumentar os recursos para as consultas especializadas, mas, se existem no Fundo Municipal de Saúde estes recursos, que se aumente já, pois o valor proposto ainda é pouco. Diz que todas as consultas em Belo Horizonte deveriam ser monitoradas pela Central de Marcação, porque tem testemunhado como funcionários marcam consultas para pessoas conhecidas, amigas, enquanto a maioria dos usuários não consegue marcar. A conselheira Lídia, contesta afirmações de que os recursos da saúde são suficientes e fala do debate sobre a reforma previdenciária que precisa ser feito. Diz que com os poucos recursos disponíveis no fundo, se está buscando estabelecer uma nova relação entre o gestor e os prestadores. Fala da necessidade de o Conselho buscar fazer a discussão sobre o excesso da demanda atendida em Belo Horizonte de pacientes de outros municípios. O participante João Soares, da Comissão Local do Senhor Bom Jesus, fala que o município está gastando mais em obras do que em saúde, que os trabalhadores ganham pouco e nos postos tem muito profissional que trabalha no setor privado com salários mais altos e não tem interesse em atender por dois reais, a consulta. Fala que os postos estão tendo muita dificuldade em marcar as consultas e critica ter sido implantado um sistema sem ter funcionário para atender. O conselheiro Evaristo Garcia, questiona que no Posto de Saúde Andradas, os funcionários do posto interferem na marcação solicitando consultas e apela para que não se permitam esse tipo de prática. Critica o fato de, segundo ele, os funcionários não participarem de nenhuma reunião. O conselheiro Paulo Augusto, fala das dificuldades que a população vem enfrentando para conseguir consulta e defende que o Conselho aprove o aumento do valor das consultas, mas que é preciso lutar por uma assistência melhor. Fala dos poucos recursos para a saúde e investimentos feitos pelos governos estadual e federal. Dr. Fausto, diretor de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, fala da mudança que representa na melhoria das condições de acesso às consultas especializadas e lembra os problemas que existiam antes da criação da Central de Marcação. O conselheiro Boaventura, fala que reconhece que o Brasil aplica muito pouco em saúde, mas questiona que se aumente o pagamento ao setor privado. Fala que não acredita que o Conselho possa controlar, porque aprovou uma visita à Santa Casa e os conselheiros foram impedidos de entrar. Diz que não adianta fugir da discussão sobre a questão dos trabalhadores, porque são eles os principais responsáveis pelo funcionamento do atendimento à população. Propõe que o Conselho não

aprove a proposta do índice de valorização e remeta a discussão para as Câmaras Técnicas de Controle e Avaliação e Financiamento e seja solicitado dos hospitais que apresentem uma proposta de mudança no atendimento e nas condições de trabalho. Fala de problemas de corrupção na Santa Casa já denunciados e que não houve nenhuma apuração. O participante Welson, diz que trabalha na Santa Casa e em Centro de Saúde e que os usuários vêm reclamando muito da dificuldade de marcar consultas pela Central. Diz que existe de fato corrupção na Santa Casa e denuncia que existe um grupo lá dentro que trabalha para marcar consultas em nome do deputado José Maria Pinto. Diz que o valor pago pela consulta desestimula o atendimento e questiona se aumentando o valor irá aumentar a qualidade. Defende que o Conselho aprove a verba e que seja melhor observada a questão do retorno. O conselheiro Antônio Carlos questiona a falta de médicos para consultas especializadas e diz que no tempo que as pessoas dormiam nas filas era melhor porque conseguiam a consulta. A conselheira Maria de Lourdes fala que o setor público deve assumir a ofensiva e definir a compra de serviços de acordo com seu interesse, entrando no mercado e mostrando competência para gerir o Sistema, desprivatizando o público. Em suas considerações finais, Dra. Carmen Lúcia, presta esclarecimentos sobre os fatores que vêm influenciando no estrangulamento e diz que com o índice a expectativa é melhorar o controle e o acesso pelos Centros de Saúde para marcar as consultas. Encerrada a discussão, Jader coloca que existem duas propostas, sendo 1- a proposta original da Secretaria de aprovação do Índice de Valorização das Consultas Especializadas; 2- Contra a aprovação imediata, remetendo às Câmaras Técnicas de Financiamento e Controle e Avaliação para parecer, exigindo-se que o setor privado se comprometa formalmente a melhorar o atendimento e condições de trabalho. Dr. Fausto diz que ao estabelecer o índice, já estará sendo definida a contrapartida que os hospitais terão que dar, não havendo justificativa para os termos finais da proposta 2. Jader entendendo que o Dr. Fausto fez uma defesa a favor da proposta 1, abre nova defesa a favor da proposta 2. O conselheiro Boaventura faz a defesa, reafirmando a necessidade de discussão mais aprofundada do assunto. Jader coloca em votação nominal as duas propostas. A proposta 1, foi vencedora por 17 (dezessete) votos, contra 5 (cinco) dados a proposta 2, ficando aprovado o pagamento do Índice de Valorização das Consultas Especializadas. A seguir, é passada a palavra ao conselheiro Geraldo Cavalho, que passa informe sobre a questão do pronto socorro Venda Nova e a mobilização que está sendo feita na região no sentido de pressionar o governo do Estado para conclusão das obras. Convida para uma reunião dia 08/02, às 19:00 horas na Regional Venda Nova. No item seguinte da pauta: V Conferência Municipal de Saúde, Jader informa que a Comissão Organizadora decidiu realizar a Conferência no Clube Ginástico, nos dias 25, 26, 27 e 28. Diz que houve uma série de recursos para que fossem rediscutidas algumas questões do regimento da Conferência e uma das questões refere-se ao número de delegados. Explica as discussões ocorridas na Comissão Organizadora que avaliou e propõe dobrar o número de delegados, passando dos setecentos anteriormente previstos, para hum mil e quatrocentos delegados. A segunda proposta é apresentada por Túlio, da ESMIG, e se refere a mudança de critérios para eleição de delegados. Foi proposta alterações nos artigos 7º. e 8º. do regimento. No artigo 7º. propõe-se acrescentar que os delegados poderão também ser retirados em fóruns específicos. No artigo 8º., várias alterações foram propostas. O parágrafo 3º. teve duas propostas divergentes

onde não houve consenso. Uma proposta prevê que 50% dos 350 delegados, representantes dos trabalhadores da saúde, sejam eleitos nas Conferências Distritais e 50% em fóruns específicos. A segunda proposta é de que todos os 350 delegados sejam retirados em fóruns específicos. Jader propõe que seja debatido e votado item por item. Temistócles, do SINDSAÚDE, lê uma terceira proposta que está apresentando, prevendo que os 350 delegados sejam eleitos nas Conferências Distritais e fóruns específicos, sem percentual estabelecido, ficando a participação nas Conferências Distritais como pré-requisito para ser delegado, mesmo nos fóruns específicos. Jader passa à leitura das alterações propostas para votação. Lê a nova redação do artigo 7º. Por consenso, o artigo 7º. ficou com a nova redação proposta. No artigo 8º. ficou definido o número de 1400 delegados tirados nas conferências distritais, ou em fóruns específicos. Esta modificação foi aprovada com 01 (um) voto contrário. No parágrafo 1º., foi feito destaque pelo participante Welson, que pede esclarecimentos sobre o critério de participação dos usuários. Jader presta os esclarecimentos. A conselheira Maria de Lourdes coloca que a Regional Norte foi um pouco prejudicada com o critério de eleição dos delegados usuários, mas que para garantir a paridade não há outra solução. O parágrafo 1º. foi aprovado por consenso. O parágrafo 2º. , que prevê os critérios para eleição de delegados do governo e prestadores, também foi aprovado por consenso. No parágrafo 3º., Jader faz a leitura das três propostas apresentadas e abre uma defesa para cada proposta. Temístocles faz a defesa da 3ª. proposta, que foi apresentada por ele. A conselheira Warlene levanta uma questão sobre a proposta, que é contraditória com o previsto no parágrafo 4º., de os segmentos estarem obrigados a eleger delegados em fóruns específicos, antes da realização das Conferências Distritais. A conselheira fala que a proposta de Temístocles retoma a inicialmente feita pela Comissão Organizadora, obrigando as entidades sindicais a irem às bases fazer a mobilização para que os trabalhadores participem nas Conferências Distritais. Nilo, da Secretaria Municipal de Saúde, defende que os parágrafos 4º. e 5º. sejam suprimidos. Jader esclarece que estes parágrafos serão discutidos em seguida. O parágrafo 3º. foi aprovado, por consenso, com a redação proposta por Temistócles. Jader acrescenta que será tirada uma proporção do número de trabalhadores que deverão ser eleitos, por distrito. A seguir é discutido o parágrafo 4º., considerado sem efeito, porque prejudicado pelo que foi aprovado no anterior. A conselheira Lídia passa informações sobre a Comissão Temática e fala de uma plenária de entidades marcada para o dia 08/02. Propõe que o Conselho inicie um processo de avaliação de sua atuação nesta atual composição. Diz que a Comissão discutiu que inicialmente a idéia é não manter sub-temas e ouvir os diversos setores durante o mês de fevereiro para definir se estes sub-temas serão discutidos na Conferência, ou não. Jader passa a palavra aos representantes dos Distritos Sanitários para informarem sobre as Conferências Distritais. O 1º. a dar informe, é o diretor do Distrito Sanitário Noroeste, Swavilly, que informa que estão fazendo reuniões e escolheram como sub-temas das discussões na região: Relações Humanas, Cidadania e Saúde. Diz que com estes sub-temas, estão tentando abordar os outros já colocados. Diz que nos dias 13, 14, 15/02 estarão realizando reuniões e solicita que a Comissão Temática defina, o mais rápido possível, os sub-temas da Conferência Municipal. A diretora do Distrito Sanitário Venda Nova, Alzira, informa que haviam sido definidos os dias 29 e 30/03, para realização da Conferência Distrital, com reuniões preparatórias que teriam textos com os sub-temas.

Reforça a solicitação de definição rápida da comissão temática. Um representante da região oeste, solicita do Dr. César alguma ação no sentido de aumentar a participação nas Comissões Locais de Saúde. A diretora do Distrito Sanitário Barreiro, Mônica, informa que em princípio a Conferência Distrital está marcada para 25, 26 e 27/03, com previsão de 360 delegados retirados nas diversas entidades de usuários, trabalhadores e prestadores. Também solicita rapidez na definição do temário. A diretora do Distrito Sanitário Norte e conselheira Maria de Lourdes, informa que a Conferência Distrital está marcada para data próxima ao dia 20/03. Diz que vão fazer reuniões com os trabalhadores e vão fazer ampla campanha de mobilização para assegurar uma discussão bastante politizada. A diretora do Distrito Sanitário Centro-Sul, Regina, informa que a Conferência Distrital será realizada nos dias 22 e 23/03, na Associação Médica e é aberta, não havendo limite para participação. Existem cinco comissões formadas e estão trabalhando com o tema central da Conferência Municipal, aguardam a definição dos sub-temas para incluir outros de interesse da regional. A conselheira Maria Josefina, informa que no Distrito Sanitário Pampulha, a Conferência será realizada em 30/03 e já estão realizando reuniões preparatórias. Jader informa que existe proposta de reunião extraordinária para avaliação do Conselho Municipal de saúde. A conselheira Lêda, informa que a Conferência Distrital Nordeste será realizada em 29 e 30/03 e no dia 08/02 a Comissão Organizadora fará reunião para dar os encaminhamentos. O conselheiro Antônio Carlos pergunta sobre a implementação do programa de saúde mental e reclama que solicitações feitas à Secretaria não recebem resposta. Diz que vem lutando pela assistência à saúde mental de zero a dezoito anos e merece um retorno de sua reivindicação. Jader fala das várias comissões que estão formadas e pede que os conselheiros reforcem as comissões. O Secretário Geral faz a leitura da proposta de uma moção a ser encaminhada a diversas autoridades, solidarizando com a Escola de Saúde de Minas Gerais, que sofre um processo de desmantelamento com a demissão de diversos profissionais do seu quadro, na reforma administrativa do governos estadual. A moção é aprovada por consenso. No item da pauta referente a audiência com o prefeito, Jader faz a leitura de documento encaminhado pelo secretário particular do Prefeito, Marcus Flora, que marca a audiência para o dia 08/02 às 14:30 horas. Jader propõe que seja formada Comissão para ir a audiência, juntamente com a Mesa Diretora. A conselheira Lídia faz sugestão à Mesa Diretora para que algumas resoluções já há bastante tempo encaminhadas ao Prefeito para homologação sejam reavaliadas e reapresentadas se for considerado necessário. Coloca que algumas questões seria importante não ser encaminhado enquanto Resolução. Propõe que, no caso do vale-transporte, objeto da Resolução nº. 006/95, seja determinação da mesa diretora no sentido de incluir no Orçamento do Conselho a compra dos vales para manter o fornecimento. Fala que no caso da Resolução sobre o Orçamento Participativo da Saúde, o problema é político s será discutido na audiência. Jader coloca que na prática já vem ocorrendo a distribuição dos vales transporte pela Secretaria e propõe que o plenário aprove. O conselheiro Antônio Carlos fala que como autor da proposta acata o que for decidido. A proposta de solicitação dos vales à Secretaria Municipal de Saúde pela Mesa Diretora, é aprovada por consenso do plenário. A seguir, Jader inicia o processo de retirada dos conselheiros para participarem da audiência, sugerindo que seja respeitada a paridade. São indicados os conselheiros Geraldo Magno e Maria Josefina, pelos usuários e Warlene, pelos trabalhadores. Jader coloca que falta um

representante dos prestadores, que não se encontram presentes. A conselheira Lídia, propõe a inclusão de uma pessoa do Barreiro para a discussão da municipalização do Hospital Júlia Kubitschek, na pauta da audiência. É indicado o nome do conselheiro José Manoel, que é aprovado. No ponto de pauta: Câmaras Técnicas, o conselheiro Geraldo Magno apresenta uma proposta de Resolução do Conselho Municipal de Saúde, da qual faz a leitura. Jader coloca em votação a proposta, que é aprovada por consenso do plenário. A conselheira Maria Josefina informa que a Câmara Técnica de Comunicação está recebendo uma profissional do ex-INAMPS, Carmen Bomtempo, que já está atuando com a Câmara Técnica e na Comissão Organizadora da V Conferência, embora esteja ainda aguardando a sua transferência definitiva. Jader, coloca que um dos objetivos de ter sido incluída na pauta a discussão das Câmaras Técnicas é o esvaziamento das mesmas e propõe que essa discussão seja feita no dia da avaliação do Conselho. No último ponto da pauta: Reforma da Previdência, Jader fala sobre o tema e sugere que o plenário se manifeste sobre a questão. O conselheiro Evaristo Garcia fala que o atual governo está conseguindo ser pior do que o governo Medici. Faz a denúncia de que o benefício da renda mensal vitalícia, conquistado com muita luta para as pessoas idosas foi extinto e criado um que a maioria não terá direito a receber. Fala que é preciso criar uma consciência na classe dos médicos que não discutem a questão da saúde. Jader, fala que na Conferência esse tema deverá ser discutido, inclusive, em debate preparatório a ser promovido. O conselheiro Paulo Augusto, fala dos diversos problemas criados pela reforma administrativa do Estado, na COPASA e outras áreas. Diz ser necessário a mobilização da sociedade para barrar as reformas. Jader propõe que seja votada moção defendendo que seja mantida a proporcionalidade da IX Conferência na X Conferência Nacional de Saúde, para ser encaminhada ao Conselho Nacional. Nilo propõe que seja encaminhada também à Comissão Organizadora da X Conferência Nacional. Por consenso a proposta de moção é aprovada pelo plenário. O conselheiro João Athaíde, propõe que na próxima reunião o conselho discuta o repasse de recursos da União e Estado para o município e que o setor competente da Secretaria forneça os dados que subsidiem a discussão. O conselheiro Antônio Carlos, propõe que o Prefeito seja convidado a participar de uma reunião do Conselho. Propõe também uma fotografia de todos os conselheiros e do Secretário para serem afixadas na parede do plenário. Jader diz que o Prefeito será convidado na audiência. O conselheiro Evaristo propõe um debate sobre a questão do desemprego em Belo Horizonte, com participação do Delegado Regional do Trabalho. Nada mais havendo a tratar, às 17:50 horas, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário Geral.

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 1996.